

Roda de Conversa: Sistema Previdenciário

Sistematização das Informações – Versão 1

Tema: Diferenças entre os modelos brasileiro e americano

Previdência Pública

- Além de um Sistema Central Previdenciário similar ao RGPS, sistema norte-americano prevê possibilidade de *Supplemental Security Income – SSI*. No caso dos aposentados, por exemplo, aqueles que recebem valores considerados insuficientes têm direito ao benefício, cujo cálculo se baseia nos ativos pessoais, na renda e na idade do indivíduo. (Professor Larry)
- Os Estados Federados têm autonomia para prover benefício adicional em suas jurisdições. (Professor Larry)
- O número de profissionais sem carteira no Brasil é um ponto sensível na discussão de temas previdenciários. Se, por um lado, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS é visto como uma conquista social, por outro, o fato de 40% da População Economicamente Ativa – PEA do Brasil não ter carteira assinada, quando os índices de desemprego são muito inferiores a essa proporção, revela-se um protesto implícito ao elevado custo da contribuição previdenciária. (Samuel Pessoa)
- Há um *trade-off*: tolerar essa informalidade e manter o elevado custo dessa conquista social, ou reduzir seu custo e trazer mais gente para dentro do sistema, aumentando assim o potencial de investimentos dos Fundos Previdenciários. (Samuel Pessoa)

Previdência Complementar (Professor Larry)

- Em ambos a adesão a Fundos de Previdência Complementar não é obrigatória.
- Nos EUA há forte tradição de Fundos de Pensão ligados aos sindicatos. Cerca de 50% dos profissionais da esfera privada recebem oferta de previdência complementar.
- Há ainda o *Individual Retirement Account – IRA*. O profissional, geralmente autônomo, que define sua contribuição, com a vantagem de contar com isenção tributária sobre os ganhos enquanto os recursos se mantiverem aplicados.

Funcionalismo Público

- Até 1986, era por benefício definido. Feita a reforma durante o Governo de Ronald Reagan, foi criado o *Federal Employees Retirement System (FERS)*. Este sistema contempla benefícios de 3 origens: sistema público de seguridade social (padrão para todos os trabalhadores norte-americanos); um plano de benefício definido e um plano complementar de contribuição definida (*Thrift Savings Plan – TSP*). É garantida a portabilidade dos benefícios caso o empregado deixe o governo. (Professor Larry)
- No Brasil, mudança similar foi implementada com a criação do FUNPRESP e as mudanças no RPPS dos servidores públicos. No novo sistema de contribuição definida, então, a existir um teto para o benefício básico e a possibilidade de adesão a um sistema de previdência complementar (FUNPRESP), com pareamento nos aportes do empregador até certo limite (8,5% do salário no Brasil e 5% do salário nos EUA). (Professor Artur)

Resultados

- Nos EUA há, hoje em dia, nível de satisfação elevado com o sistema implantado para os servidores públicos federais. A média de contribuição dos profissionais para a previdência complementar ficou entre 8% e 9%, ou seja, superior ao teto de paridade oferecido pelo Estado. (Professor Larry)
- No Brasil, não seria uma boa escolha não aderir à previdência complementar para os servidores públicos federais, já que até 8,5% o Governo faz o pareamento das aplicações, o que pode ser considerado um salário indireto. (José Cechin)
- Mudança nos EUA também foi motivada por desequilíbrio fiscal. Neste sentido, a mudança foi muito positiva, atacando dois problemas de forma simultânea. Além de reduzir a parcela da arrecadação do Governo destinada ao Sistema Previdenciário, a reforma aumentou o montante de recursos disponíveis pra investimento nos mesmos. Atualmente, há cerca de US\$ 5 trilhões em planos de contribuição definida e outros US\$ 5,5 trilhões nos IRAs, cujo valor justifica-se em grande parte pela possibilidade de trabalhadores desligados migrarem seus planos previdenciários empresariais para esta modalidade individual, com o benefício da isenção de tributos. (Professor Larry)

Gestão dos Recursos Previdenciários – Públicos e Privados

- Dado o elevado montante, nos EUA a gestão dos investimentos segue regras estritas, e os administradores carregam enorme responsabilidade por desempenho e prudência. Os gestores são altamente profissionais e especializados. (Professor Larry)
- No Brasil, juros elevados e bolsa ascendente favoreceram desempenho dos Fundos de Pensão. Com a mudança desse cenário, ficará mais claro a falta de profissionalismo na atuação desses profissionais. (Samuel Pessoa)
- Ainda há marca sindical em diferentes organizações com participação estatal, nomeações obedecem a critérios políticos e utiliza-se recursos previdenciários para questões inapropriadas, como fazer caixa para as instituições. (Pedro Ivo)
- A formação de Conselhos de Administração e Fiscal paritários nos Fundos de Pensão representou evolução, apesar do envolvimento passivo dos servidores. (José Cechin)
- Há um componente não racional no processo decisório relacionado aos investimentos em previdência. No Brasil, há certa desconfiança em decorrência da desmoralização da sociedade, já atingida por processos lesivos de seu patrimônio. (Ernesto Bologna)
- Nos Estados Unidos há a possibilidade de perfis mistos de investimento nos Fundos de Pensão Complementar. Quando a pessoa é mais jovem, aplicações de maior risco podem ser realizadas, e conforme este indivíduo atinge idades mais avançadas, se aproximando do período do benefício, opta-se por investimentos mais conservadores. (Prof. Larry)
- Nos Estados Unidos, muitas pessoas optam por sacar o saldo de sua poupança previdenciária, ao invés de convertê-la em anuidade quando atingida a idade de gozo do benefício, influenciadas pelo individualismo e as preferências de curto prazo. A administração de Obama está incentivando uma mudança nesse padrão.

Tema: Poupança Interna

Relação PIB x Sistema Previdenciário

- Nos Estados Unidos, valor do sistema previdenciário representa 110% do PIB. No Brasil, apenas 25% do PIB. (Professor Larry)
- Uma menor generosidade do sistema previdenciário público ajudaria a aumentar o volume de recursos do sistema previdenciário, sobretudo na previdência complementar. (Samuel Pessoa)

Investimentos dos Fundos de Pensão Complementar

- No Brasil, há pressão para que estes fundos financiem infraestrutura (Capobianco)
- Nos Estados Unidos, Governo não tem gerência sobre os fundos de previdência complementar dos servidores públicos federais. Mas há regras. São permitidas 3 formas de investimento: títulos públicos americanos, outros tipos de investimentos internos e investimentos em ações de empresas que compõem o índice S&P500. Investimentos em projetos de infraestrutura em estágio inicial não são permitidos. (Prof. Larry)
- Deve haver avaliação socioambiental dos investimentos, visto que são investimentos balizados no longo prazo. (Prof. Larry)
- Tais investimentos devem ser usados de forma racional na economia, inclusive para fomento de infraestrutura e suporte de uma economia real com forte base socioambiental. (Guilherme Leal)
- Por vezes fundos são pressionados a entrar na etapa de *Project Finance*, onde os riscos são maiores e o retorno oferecido é rejeitado pela iniciativa privada. (Samuel Pessoa)
- Nos Estados Unidos, infraestrutura nos níveis estadual e municipal raramente é financiada diretamente pela iniciativa privada ou fundos de pensão complementar. Geralmente, esse investimento é feito através da emissão de dívida pública, cujos rendimentos são isentos de tributação. Os Fundos de Pensão, como já possuem isenção de seus rendimentos, preferem adquirir títulos com maior remuneração. Para corrigir isso e permitir que fundos de pensão contribuam com investimentos em infraestrutura, foi criada uma lei federal durante o governo de Barack Obama segundo a qual é permitido aos municípios e estados emitirem títulos tributáveis, e o governo federal lhes retorna o valor do subsídio. (Prof. Larry)

Tema: Outros modelos internacionais relevantes (Prof. Arthur)

- Há heterogeneidade, porém similaridades nos pontos centrais dos Sistemas Previdenciários mundiais.
- Modelo chileno de multi-fundos é interessante, com participante participando das escolhas de investimento. Algo similar é adotado na Austrália.

Tema: Perspectivas sobre o futuro previdenciário no Brasil (Professor Larry)

- É importante dar um passo atrás e pensar não somente na questão da aposentadoria, mas no que ela deveria garantir, que é o bem-estar durante idades avançadas. Por exemplo, se não há provisão de serviços e medicamentos de forma pública ou a preços acessíveis, o problema pode não estar na renda (aposentadoria), mas no aumento do nível de gastos.
- A tendência de crescimento do montante de recursos previdenciários, aliada à demanda de investimentos infraestruturais no país, poderia resultar em uma situação

de fomento econômico. Longo prazo que caracteriza esses investimentos casa com o longo prazo dos investimentos previdenciários.

- A forma correta de se fazer esses investimentos dependerá da capacidade de absorção desses riscos por uma carteira equilibrada e da escala de beneficiários, que viabilize a pulverização destes riscos, além da implantação de sistemas de gestão profissionalizados e que garantam a devida prudência por parte dos administradores dos Fundos. Os participantes devem entender o contexto da aplicação de seus recursos e sentir que não se está tirando vantagem excessiva desses recursos em prol de projetos que não lhes trazem ganhos substanciais no longo prazo.
- Nesse sentido, segurança institucional e jurídica dos contratos é fundamental para garantir a minimização dos riscos para os fundos de pensão.

Conclusões:

- É um momento apropriado para o Brasil debater e prover soluções à questão previdenciária, dado o elevado custo do atual sistema para o Estado, a possibilidade de participação de Fundos de Pensão nos investimentos que elevem a competitividade da economia nacional e a disponibilidade de referências no mundo para reformas.
- A racionalidade e os resultados obtidos nos Estados Unidos também podem balizar em muito nossas expectativas quanto às recentes alterações do sistema brasileiro. Ainda assim, comportamentos irracionais baseados em experiências passadas podem limitar a confiança das pessoas no sistema previdenciário.
- Tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, as mudanças tiveram a motivação principal de reduzir os gastos públicos com o Sistema Previdenciário. Entretanto, como já falado, um efeito secundário e de grande valia para a economia, é o aumento dos recursos disponíveis para investimento em grandes Fundos de Previdência Complementar.
- Com o fortalecimento desse agente econômico, a discussão foca na gestão destes recursos. Há sentido em transmitir esse risco a pessoas que aplicam seu dinheiro esperando um retorno seguro e constante no futuro?
- Na opinião do Professor Larry, faz sentido que os Fundos de Pensão invistam em projetos de infraestrutura no Brasil, desde que esse investimento seja feito de maneira apropriada, isto é, respeitar um sistema rígido de governança, a profissionalização de gestão, definições de critérios de concentração e exposição a riscos de natureza similar e uso de recursos em larga escala que permita pulverização de risco para contribuintes.
- A sequência da reforma da previdência deve envolver as regras para pensão. O Brasil gasta 12% do PIB com a Previdência Social, dos quais 3% com pensões por morte, o que representa montante superior aos investimentos feitos pelo Governo Federal. A informalidade no emprego atinge 40% da População Economicamente Ativa, diante dos elevados custos previdenciários do emprego formal.